

APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE OS ESTUDOS DE FERTILIDADE *

NEIDE L. PATARRA e MARIA COLETA F. A. DE OLIVEIRA **

INTRODUÇÃO

Este trabalho é produto de uma série de seminários realizados no Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIP) da U.S.P., no segundo semestre de 1971, que contou com a participação de um grupo de pessoas que, por distintas razões, partilhavam o mesmo interesse, qual seja, o de discutir as bases teóricas e metodológicas dos estudos de fertilidade.

Tanto nos mencionados seminários como na redação deste trabalho partiu-se de duas idéias fundamentais. Primeiro, a de que os estudos de família e fertilidade, de uma maneira geral, são de caráter *descritivo* e insuficientes para uma *interpretação*, propriamente dita, do comportamento reprodutivo. As limitações desses estudos se tornam mais evidentes no caso de países não desenvolvidos, especialmente da América Latina, onde além da transposição de conceitos utilizados no caso de países desenvolvidos, a dicotomia *tradicional moderna* é utilizada como categoria central explicativa das diferenças de níveis e tendências da fertilidade. Segundo, a de que as pesquisas de fertilidade, tal como foram concebidas nesses países contêm, subjacentemente, um projeto de desenvolvimento, fornecendo subsídios para a elaboração de políticas populacionais.

Num primeiro momento, examinamos como esse procedimento

* Resumo deste trabalho foi comunicado oralmente na seção de Demografia da XXIV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, São Paulo, julho de 1972.

** Membros do Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIP) da Universidade de São Paulo.

tem sido adotado nas investigações mais importantes; em seguida, uma vez que esses estudos utilizam um esquema conceitual derivado de uma formulação teórica definida — a *teoria da modernização* — passamos a considerar os elementos mais importantes dessa teoria a fim de explicitar as limitações a que nos referimos.

Em seguida, procuramos ver como a “modernização” é vista de outro ponto de vista, considerado relevante para a recolocação do problema numa perspectiva que conduza a uma explicação do comportamento reprodutivo.

Finalmente, a partir desses elementos, tentamos esboçar o que seria uma abordagem distinta da fertilidade, sugerindo algumas pistas a serem desenvolvidas posteriormente, tanto no que diz respeito a suas implicações teóricas, quanto a suas conseqüências em termos de pesquisa.

O descompasso entre as distintas partes do trabalho, ou seja, maior extensão do aspecto crítico em comparação com as propostas formuladas, reflete a própria trajetória percorrida nos seminários, de um lado, e, de outro lado, o ponto em que nos encontramos no encaminhamento dessa problemática, onde já se revisou criticamente a literatura existente, mas apenas se divisa algumas linhas orientadoras de uma formulação distinta.

COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

O crescimento populacional na problemática do desenvolvimento

O interesse por populações humanas, seu tamanho, localização, qualidade e aspectos correlatos é bastante antigo, mas o aparecimento da demografia como disciplina científica, nos moldes que a conhecemos hoje, data do século XVII (1). O desenvolvimento dos estudos demográficos está intimamente ligado ao processo de Revolução Industrial, que alterou definitivamente a dinâmica das populações humanas. De fato, em linhas gerais, pode-se dizer que as populações, no passado, mantinham-se numericamente constantes ou expandiam-se muito lentamente, em função de oscilações na mortalidade, tendencialmente alta, e fertilidade (*) relativamente constante, também em níveis altos. Durante a Revolução Industrial a fertilidade permaneceu alta e não controlada, durante algum tempo, enquanto a duração de vida aumentara, gerando, portanto, um crescimento populacional sem precedentes. Durante os séculos XVIII e XIX as taxas de natalidade começaram a declinar, inicialmente na França e nos Estados Unidos, e posteriormente nos demais países

(*) Neste texto, o termo natalidade indica a relação entre o número de nascimentos e população total, e o termo fertilidade refere-se, de maneira geral, à resultante do comportamento reprodutivo.

industrializados, e em conseqüência um controle deliberado por parte da população. Esse declínio das taxas de natalidade ocasionou uma diminuição no ritmo de crescimento populacional dos países desenvolvidos, embora até hoje esses países apresentem taxas de natalidade superiores às de mortalidade.

O fenômeno acima descrito circunscreve-se ao âmbito dos países que atravessaram primeiro o processo de Revolução Industrial. No caso dos países não desenvolvidos de hoje, a dinâmica populacional é caracterizada pela própria situação de dependência destes com relação àqueles. De fato, a possibilidade de importação de técnicas médico-sanitárias a custo relativamente baixo tem propiciado um declínio mais rápido de mortalidade, enquanto a fertilidade tem se mantido relativamente constante em níveis altos, o que implica em taxas de crescimento populacional mais altas do que as taxas atingidas pelos países desenvolvidos durante o seu processo de industrialização.

A passagem de níveis de fertilidade e mortalidade altos e não controlados, para níveis baixos e controlados, através de um período transitório, no qual o declínio da mortalidade antecede o da fertilidade, é sintetizada na teoria da Transição Demográfica (2). Embora teorizando a partir da experiência histórica dos países de desenvolvimento industrial originário, os autores, desde o início, evidenciam uma preocupação com o crescimento populacional acelerado dos países não desenvolvidos e suas implicações. Essa preocupação é decorrente da perspectiva segundo a qual o crescimento populacional acelerado dificultaria ou até impediria o desenvolvimento econômico desses países, o que poderia gerar conflitos regionais e internacionais, e ameaças à paz mundial. Thompson, por exemplo, afirma: "A redistribuição mundial de terras é o problema dentre os problemas que nós devemos enfrentar no mundo, hoje, em conseqüência dos novos movimentos populacionais que agora se realizam. Pode isso ser efetivado pacificamente ou deve ser conseguido pela guerra?" (3). Para Notestein, "... o perigo é que poderá haver apenas uma melhoria moderada nas condições econômicas e sanitárias não acompanhada de mudanças sociais que afetem a fertilidade. Tais mudanças sociais serão difíceis de ser realizadas a menos que o desenvolvimento econômico seja rápido o suficiente para aumentar o nível de vida apesar do substancial crescimento populacional" (4). Num artigo posterior, Thompson manifesta-se de maneira ainda mais drástica: "... a fim de que uma paz duradoura possa ser conseguida, é necessário que o controle da natalidade seja a regra para todo o mundo" (5). Finalmente, numa posição neomalthusiana bem elaborada, Hoover e Coale consideram que enquanto no caso dos países desenvolvidos o crescimento populacional respondeu a processo de desenvolvimento econômico, nos países não desenvolvidos o crescimento populacional pode impedir a efetivação das modificações

econômicas e sociais que provocaram a redução da fertilidade daqueles países. Como conseqüência, neste caso, trata-se de verificar os efeitos do crescimento populacional no desenvolvimento econômico (6). Por isso, em outro artigo, considerando o crescimento populacional como variável independente, Coale projeta populações com taxas alternativas de natalidade a fim de evidenciar as vantagens da redução da fertilidade para a efetivação da "industrialização ou modernização" dos países não desenvolvidos (7).

Esses exemplos demonstram que a preocupação com os níveis e tendências da fertilidade nos países não desenvolvidos está vinculada à própria problemática do desenvolvimento econômico, analisados a partir de uma perspectiva neomalthusiana, por autores que examinam essas vinculações sob a ótica dos países desenvolvidos. A visão neomalthusiana do problema implica num modo particular de entender o desenvolvimento econômico; nesta perspectiva, considera-se o crescimento do produto nacional, aumento de renda *per capita* etc., sem se levar em conta mudanças estruturais e alterações nas relações internacionais. Por isso, ao propor uma nova perspectiva para o estudo das relações entre crescimento populacional e desenvolvimento econômico, Paul Singer parte de uma conceituação distinta do que seja esse desenvolvimento; para ele existe uma distinção entre *crescimento* econômico e *desenvolvimento* econômico, este último envolvendo não apenas mudança no tamanho relativo do produto entre estes setores, as quais são derivadas da divisão social do trabalho, interna e externamente (8).

Foge do objetivo do presente trabalho uma análise mais aprofundada das distintas abordagens sobre as relações entre crescimento populacional e desenvolvimento econômico. Apenas nos parece relevante apontar que a preocupação com os níveis e tendências da fertilidade não está desvinculada de uma visão global a respeito do futuro dos países não desenvolvidos. Assim sendo, essa preocupação também implica na elaboração de políticas demográficas condizentes com os objetivos que se pretende alcançar. No caso da perspectiva neomalthusiana, a política demográfica decorrente visa a redução do número de nascimentos. Essa política tem sido preconizada por organizações internacionais, organismos públicos e privados, universidades, livros de divulgação etc. Políticas de controle da natalidade têm sido parcial ou totalmente adotadas pelos governos de alguns países e rejeitadas por outros (9).

A par de incentivos à adoção de políticas de controle da natalidade, a posição neomalthusiana tem informado um número crescente de estudos demográficos. No nível acadêmico cresce o número de estudantes que se especializam em universidades européias e principalmente nos Estados Unidos. Além disso, propagam-se pesquisas empíricas sobre o comportamento reprodutivo, pesquisas essas que na sua grande maioria seguem um procedimento padronizado,

lançando mão dos mesmos instrumentos de coleta, focalizando os mesmos aspectos, levantando o mesmo tipo de informação apesar das diferenças culturais, históricas e sócio-econômicas existentes entre as áreas onde vêm sendo realizadas (10).

Assim sendo, o surgimento dos estudos de fertilidade nos países não desenvolvidos configura-se como mais um exemplo de problemática importada de centros acadêmicos ou governamentais dos países desenvolvidos, que constitui, no plano erudito, uma contrapartida da dependência das sociedades não desenvolvidas (11). Como em outros tempos nas Ciências Sociais, também no caso dos estudos relacionados à dinâmica populacional é necessário que a problemática proposta a partir dos países desenvolvidos seja reformulada a partir de uma perspectiva distinta, propiciada pelas particularidades dos próprios países subdesenvolvidos. Essa tarefa já se iniciou com trabalho de economistas que pensaram as vinculações entre população e desenvolvimento econômico a partir de conceituações distintas, como no exemplo apontado, entre outros. No que se refere à abordagem sociológica, entretanto, ela apenas se inicia.

Os estudos de fertilidade na América Latina

Os anos que se seguem ao término da Segunda Guerra Mundial e, principalmente, a década dos 50, constituem um período de otimismo desenvolvimentista na América Latina, no sentido de que vários países da região pareciam estar em condições de completar o processo de formação de seu setor industrial e de iniciar transformações econômicas capazes de suportar um desenvolvimento auto-sustentado (12). Nesse mesmo período, intensifica-se o crescimento populacional da região, que se iniciara em fins da terceira década do século, e que torna a América Latina a região com maiores taxas de crescimento no mundo (13).

A perspectiva desenvolvimentista vai se desvanecendo a partir de fins da década de 50 e a década subsequente é permeada por crises em todos os setores — crises políticas, econômicas, sociais e ideológicas. Nessas condições, as preocupações com o contínuo crescimento populacional, surgidas alguns anos antes, se agudizam, dando força à linha de pensamento neolatino, numa tentativa de resolver o impasse do desenvolvimento econômico através da contenção do ritmo de crescimento populacional.

Como dissemos, essas preocupações se traduzem de um lado em incentivos a políticas oficiais de controle de natalidade, e de outro, na propagação de pesquisas de fertilidade nos vários países da região, como veremos a seguir. Em 1965 realiza-se na Colômbia a Primeira Assembléia Panamericana de População, em cujas recomendações é apontada a necessidade de que os governos, organizações particula-

res e universidades incrementem estudos demográficos e elaborem políticas populacionais, bem como serviços de planificação familiar (14). A posição alarmista e simplista diante da problemática populacional vai sendo, entretanto, redefinida por especialistas da região, que tentam reavaliar o papel da população no desenvolvimento econômico. Assim, por exemplo, num trabalho recente, Prebish reafirma a necessidade de se incorporar o elemento demográfico à estratégia de desenvolvimento econômico e social. Segundo ele, no entanto, o controle da natalidade não pode ser visto como a solução para o problema do desenvolvimento, pois nem sempre o crescimento da população é um elemento desfavorável para o desenvolvimento econômico. Como política demográfica, o incentivo à diminuição do número de nascimentos é favorável, desde que integrada num projeto global de desenvolvimento (15).

Vejamos, a seguir, como essa situação se traduz no nível da pesquisa empírica sobre o comportamento reprodutivo. Revisando os estudos de fertilidade na América Latina, Mertens inicia seu artigo com a frase: "A história da investigação sobre a fertilidade na América Latina nos últimos dez ou quinze anos pode ser descrita em uma palavra: explosão (16): Na década dos 50 foram realizados estudos que constituem a chamada "fase caribeana", por Stycos e outros investigadores; esses estudos, realizados em Porto Rico, tinham caráter experimental, com objetivos claros de testar aceitação e efeitos de programas de controle da natalidade (17). É na década seguinte, no entanto, que pesquisas de fertilidade passam a ser realizadas em grande quantidade, nos diversos países latino-americanos, e segundo padrões similares de levantamento e análise de dados.

A grande maioria dos estudos realizados nessa etapa focalizam a conduta dos indivíduos em relação ao tamanho da família e adequação dos valores ao comportamento. Das 38 pesquisas relacionadas por Mertens, 27 são do tipo KAP (conhecimento, atitude e prática de meios contraceptivos), quase todas realizadas em amostras de mulheres em idade reprodutiva. Surgidos a partir de uma situação de alarmismo diante da problemática crescimento populacional-desenvolvimento econômico, e em grande parte norteados por pesquisas empíricas realizadas nos Estados Unidos, esses estudos são permeados pela preocupação com uma família grande, com diferenciais de fertilidade, e com os elementos valorativos e motivacionais que impediriam os indivíduos de adotar padrões de família menores e controlados.

A maior parte das pesquisas de fertilidade humana na América Latina estão ligadas aos trabalhos do CELADE (Centro Latino-Americano de Demografia) através de seu Programa de Encuestas Comparativas de Fecundidad en America Latina e outras de menor porte, ou foram derivadas daí (18). O mencionado Programa iniciou-se com um amplo estudo comparativo da fertilidade urbana, realizado

em sete cidades latino-americanas, e foi seguido por um correspondente em áreas rurais, ainda em realização.

O procedimento adotado nessas pesquisas está em grande parte baseado em investigações similares realizadas nos Estados Unidos, das quais as mais importantes são o Estudo de Indianápolis e o Estudo de Princeton (20). Uma vez que serviram de modelo para as pesquisas realizadas na América Latina, é conveniente examinar alguns aspectos desses estudos.

Em primeiro lugar, é interessante lembrar que os dois estudos mencionados foram motivados por situações opostas em termos de tendências da fertilidade no Estudo de Indianápolis os investigadores estavam preocupados com o acentuado declínio da fertilidade que se iniciara no começo do século e atingia seu ponto máximo na década de 30; no Estudo de Princeton os investigadores estavam preocupados com o aumento da fertilidade, que se iniciava na década dos 30 e se intensificaria depois da Segunda Guerra Mundial. Apesar disso, os procedimentos adotados e a perspectiva geral a partir da qual os projetos de pesquisas são elaborados não diferem substancialmente. Em ambos os casos existe implicitamente a idéia de produtivo são vistas como efetuando-se através de uma racionalidade "trai". As influências do meio ambiente sobre o comportamento reprodutivo são vistas como efetuando-se através de uma racionalidade crescente, característica, ao nível ideológico, da "sociedade urbano-industrial". Este tipo de sociedade é incompatível com uma família numerosa; a crescente especialização e divisão do trabalho, a escolarização maior, a participação da mulher no trabalho fora de casa, o "custo" social dos filhos etc. são elementos que se desenvolvem no novo tipo de sociedade e, percebidos pelos indivíduos, fazem com que estes alterem seu comportamento no sentido de se adequarem à mesma, e aproveitem as oportunidades de mobilidade social então existentes (21). Para alguns autores, também, no nível ideológico o processo de industrialização é acompanhado de uma diminuição do interesse religioso e predominância da "racionalidade", fatores favoráveis a um controle deliberado do número de nascimentos.

Outro aspecto característico desse tipo de abordagem é o estudo da *fertilidade diferencial*, que decorre da noção de que os grupos em posições superiores na hierarquia social percebem a vantagem da adequação da família ao novo estilo de vida mais rapidamente do que os grupos em posições inferiores. Estes últimos ou tardam mais tempo para querer uma família menor, ou, se a querem, encontram mais obstáculos para efetivá-la.

Enfocando o problema a partir dessa perspectiva, os investigadores lançam mão de conceitos de "racionalidade", "racionalização do comportamento" e outros afins como conceitos centrais e explicativos do comportamento reprodutivo. No Estudo de Indianápolis,

onde se fez pela primeira vez uma ligação entre os determinantes sociais e econômicos e padrões de família, através da internalização de valores e atitudes, utilizou-se a conceito de "racionalidade", significando "... a extensão na qual o comportamento é o resultado de uma escolha calculada entre as alternativas, mais do que a aceitação sem discussão, pela fé, dos padrões de comportamento tradicional do grupo ao qual o indivíduo pertence" (22). Nesse momento já se percebe uma oposição entre "comportamento tradicional" e "comportamento racional", evidenciando-se nesse Estudo a idéia de que o "comportamento racional" é o tipo de comportamento característico "da sociedade urbano-industrial", contrapartida *funcionalmente* mais adequada ao novo tipo de sociedade. O comportamento racional é o mais adequado, uma vez que a sociedade industrial moderna se rege pelo princípio da eficiência, ao qual se submete a divisão de trabalho crescente. Para tanto, é necessário garantir a *mobilidade ecológica e social* dos indivíduos a fim de que o recrutamento de pessoas para o trabalho se faça baseado na "aquisição" e não no *status* atribuído e com isso assegurar que sejam selecionados os indivíduos melhor capacitados para o exercício de determinada atividade.

No Estudo de Princeton, lançou-se mão da noção de "compatibilidade" significando que os padrões particulares de fertilidade (fertilidade diferencial) dependem da extensão na qual um certo número de filhos é compatível com outros valores e interesses (23). Nesse contexto, a pequena variabilidade da fertilidade que permanece na sociedade industrial moderna é explicada através do cotejamento entre filhos e outros bens de consumo e pela decisão racional (adequação de meios e fins) de ajustamento de valores e interesses entre as alternativas presentes na sociedade.

Independente do problema de sua aplicabilidade em pesquisas em outras áreas, esse tipo de conceituação apenas descreve o fenômeno estudado, tal como ele se manifesta ao nível do comportamento individual, relacionado *a posteriori* com um tipo de sociedade consolidada ou em formação. Não permite levar em conta, na interpretação, como esse comportamento se originou.

A transposição desse mesmo tipo de conceituação para o estudo da fertilidade na América Latina fica bastante clara no dizer de um dos organizadores do projeto de pesquisas comparadas, acima citado: "... devemos conformar-nos em formular hipóteses parciais semelhantes às colocadas nos países europeus e nos Estados Unidos, modificando apenas a forma das perguntas para adaptá-las ao novo meio sócio-cultural. (...) Ainda que essa atitude não nos satisfaça sob o ponto de vista metodológico, por agora não temos outra possibilidade e julgamos que esta seja susceptível de proporcionar sólidos pontos de apoio para investigações futuras" (24).

Contudo, há de se apontar uma diferença: no caso das pesquisas realizadas nos Estados Unidos tentava-se examinar o tipo de tamanho de família que se organizava em resposta ao novo tipo de sociedade, enquanto que no caso da América Latina, invertendo-se o processo, tenta-se captar elementos valorativos susceptíveis de influenciar o comportamento favorável à família pequena e controlada, antes de que o processo de desenvolvimento se concretize e para alguns autores, inclusive, a fim de que o mesmo possa ocorrer. Assim entende-se que rapidamente, neste caso, os conceitos de "racionalidade" e "modernização" se mesclam, este último constituindo, como veremos a seguir, o processo pelo qual o sistema de ideais e valores típicos da sociedade desenvolvida se transfere e espalha para os países não desenvolvidos. Nesse sentido, no mencionado projeto de estudo afirma-se que "... se os valores (de uma sociedade) são dominados pela tradição e por obstáculos, à mudança, o desejo de prevenir a natalidade não se manifestará. Ao contrário, se o sistema de valores que prevalece em um momento dado está orientado à mudança, a uma vontade de transformação tanto das coisas como das idéias em direção "ao progresso", pode-se falar do indivíduo como *ser racional e capaz de ter vontade*, e então o desejo de limitar a natalidade maior" (25). Fica evidenciada, assim, a associação entre "racionalidade" e "comportamento moderno" à família pequena e controlada, que seria o tipo característico, por ser o mais adequado ao sistema moderno.

As limitações desses estudos derivam do arcabouço teórico a partir do qual são projetados, e dos pressupostos nele contidos. Basicamente, partem de uma concepção de desenvolvimento na qual os padrões sociais, políticos e econômicos dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos antecipam o futuro das sociedades não desenvolvidas. E postulam que a passagem de uma "sociedade tradicional" para uma "sociedade moderna", realizada através de mudanças sociais, pode ser impulsionada por alterações nos padrões de comportamento dos indivíduos, entre esses os padrões de família, a fim de que as sociedades em questão possam atingir o desenvolvimento, tal como este é conceituado dentro dessa perspectiva. Implicam na adoção, ao se estudar o comportamento reprodutivo, da perspectiva dualista da realidade social, perspectiva essa amplamente utilizada nas Ciências Sociais na América Latina, principalmente a partir de 1945 (26).

DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO

Uma vez que o tipo de conceituação utilizada nas pesquisas sobre fertilidade deriva de um marco teórico definido, qual seja o da teoria da modernização, passaremos à análise dos elementos funda-

mentais de tal teoria, de suas implicações e limitações para o estudo do comportamento reprodutivo. Com esse propósito trataremos especificamente da formulação de Gino Germani, por estar referida à América Latina e por tratar das transformações da família.

Em seguida procuraremos ver como, partindo de outros pressupostos, Florestan Fernandes vê a modernização e os processos e condições aos quais se acha relacionada. Nosso propósito, ao considerarmos os trabalhos desse Autor (deixando de lado inevitavelmente outros cujas contribuições são também importantes), consiste em levantar elementos que possam ser relevantes para a reformulação da perspectiva de análise do problema que nos ocupa: o comportamento reprodutivo.

Não nos propomos, portanto, a analisá-lo exaustivamente.

A modernização como modelo de desenvolvimento

No conjunto das chamadas "teorias da modernização" o termo "modernização" aparece ora como categoria explicativa, ora como "meta" (a sociedade moderna) a ser alcançada. Percebe-se nessas teorias a incorporação de preocupações etnocentristas das Ciências Sociais dos países desenvolvidos, uma vez que passou-se a identificar "modernização" à superação do subdesenvolvimento e a medir-se o grau de afastamento em relação a essa meta pela magnitude das diferenças entre as características das sociedades ainda subdesenvolvidas e um modelo (idealizado, mais que real) de sociedade democrática europeu e norte-americano.

Embora a crítica a essas teorias não seja recente, faz-se necessário reforçá-la, pois tem ainda vigência ao tratamento de grande quantidade de problemas com os quais a Ciência Social se defronta. A fertilidade humana é apenas um exemplo. E podemos dizer que a fertilidade como problema e a teoria que procura explicá-la, tem como fundamento comum um projeto de desenvolvimento idealizado para a solução dos problemas dos países ainda não desenvolvidos. Deter-nos-emos agora na "Análise da Transição" formulada por Germani (27).

Germani incorpora a noção de "tipos ideais" de Weber e categorias gerais de ação ligadas à Teoria de Ação, de Talcott Parsons. A "Análise da Transição" se define como a interpretação ou descrição das mudanças processadas na passagem de um tipo societário, a "sociedade Tradicional" (ou "Sociedades de folk", segundo alguns), para outro tipo societário, a "sociedade moderna" (ou "sociedade desenvolvida"). Essa passagem é percebida como período ou sucessão de momentos particularmente conflitivos, dada a coexistência, em cada um deles, de formas sociais pertencentes a diferentes épocas, ou seja, como um processo de contínua ruptura com o passado. Percebe o Autor o curso histórico como uma sucessão de momentos

de equilíbrio correspondentes aos tipos societários “tradicional” e “moderno”. A sociedade tradicional caracteriza-se por uma economia predominantemente de subsistência, basicamente agrícola; a “sociedade moderna” é identificada ao “tipo empírico” das sociedades capitalistas industrializadas.

Na “análise da transição” são privilegiadas aquelas mudanças ou transformações que se orientam no sentido de dar a setores cada vez mais amplos da sociedade características do tipo de organização social “urbano-industrial”, tomando como modelo “típico ideal” as sociedades capitalistas industriais, os centros hegemônicos do sistema capitalista internacional. Os meios pelos quais estas características são difundidas na sociedade como um todo (processo de “ocupação ecológica” das características modernas sobre um “fundo” tradicional) e pelos quais se dão os ajustes necessários entre as características da nova sociedade e da sociedade tradicional, são dois:

1. *efeito de demonstração*: processo pelo qual os indivíduos ou grupos de indivíduos adotam maneiras de pensar, agir e se organizar características de formas sociais mais “avançadas”.

2. *efeito de fusão*: acomodação das novas ideologias e modos de pensar e agir às características estruturais da tradição, permitindo a alteração ou mudança em setores tais, de forma a não atingirem, e portanto, a preservarem formas vigentes de organização social (família, educação, estratificação social).

Desse modo, a “Transição” identifica-se a um processo de modernização, especialmente na esfera econômica da sociedade, levando *tendencialmente* a alterações mais profundas na sociedade como um todo. Caracteriza-se basicamente pela passagem da ação “prescritiva” à ação “eletiva” (racionalização ou secularização dos processos de ação), pela diferenciação cada vez maior de funções e das instituições sociais encarregadas de desempenhá-las, pelas relações efetivamente neutras e universais, e a valorização do desempenho individual em oposição ao valor adscrito ou atribuído tradicionalmente.

Em termos concretos, essas mudanças se orientam no sentido de garantir:

- a. que a divisão do trabalho se submeta ao princípio da eficiência;
- b. que seja assegurada a mobilidade ecológica e social para que o recrutamento de pessoas para o trabalho se faça baseado na “aquisição”, obedecendo ao princípio da eficiência (sociedade de classes aberta e “racionalmente instrumental”).
- c. racionalização administrativa e política do Estado, com a diminuição da liderança carismática;
- d. crescente participação dos setores populares na vida política nacional;

e. diminuição das funções desempenhadas pela família, bem como a “restrição das relações de parentesco a um grupo reduzido de pessoas”, o que significa o surgimento da família nuclear isolada.

A “sociedade moderna” é identificada assim ao tipo macro-estrutural capitalista industrial, sem que sejam explicitadas ou percebidas as determinações fundamentais desse sistema, ou seja, o modo de produção capitalista e a divisão em classes sociais, definida a partir da participação diferencial dos indivíduos na produção econômica. Por não perceber histórico-estruturalmente a sociedade (*com definição de um padrão de relações entre os níveis econômico, social e político* (28), Germani vê a Transição essencialmente como um processo de secularização ou modernização que consiste na difusão de padrões de consumo, comportamento, valores e instituições características das “sociedades industriais modernas”. Apóia a análise na Transição da “secularização”, conceito que além de reter características exteriores da mudança, encontra sua origem na difusão, adaptação e transformação de características surgidas originariamente em algumas sociedades ocidentais, diga-se capitalistas (29) e não em características internas e próprias do sistema econômico capitalista na periferia.

Por outro lado, a visão funcionalista da sociedade como um sistema integrado, um conjunto de “esferas” organizadas e interdependentes impede o Autor de proceder a uma análise mais profunda e de caráter mais explicativo do processo e tendências históricas. A ausência de visão estrutural, a qual implica na hierarquização dessas “esferas” e na definição de um padrão de inter-relação entre elas, impede que a análise selecione na realidade os elementos mais significativos do ponto de vista da interpretação, que traria, em consequência, a possibilidade da construção teórica de *tipos estruturais-históricos*, tornada impossível dentro da perspectiva em que se coloca. É impensável, do ponto de vista da “Análise da Transição” a vigência de sociedade industrial moderna em que vigorem formas políticas totalitárias ou não democráticas, fato que constitui hoje uma tendência na história de muitos países.

No que se refere à família, apesar da afirmação de que o tipo de estrutura familiar emergente dependerá, provavelmente, do “tipo de estrutura tradicional preexistente” (30), o Autor procura identificar elementos empíricos que se aproximam das tendências ideais imaginadas e referidas aos processos gerais de secularização e racionalização da vida social. As transformações a família são vistas como passagem de um *modelo tradicional* — família extensa, grandes unidades familiares unidas por fortes laços de afinidade, sob a autoridade de um de seus membros, em geral o mais velho — para um *modelo moderno* de família — unidades de tipo conjugal, ou seja,

existência de fracos laços de afinidade entre parentes distantes. A família tipicamente moderna aparece como principal núcleo de socialização e experiências isoladas das demais pessoas vinculadas por relações de parentesco. As próprias relações dentro da pequena unidade familiar (pai, mãe, filhos) tendem a alterar-se, no sentido de um igualitarismo e “democratização” das decisões do grupo familiar. Ainda, o planejamento dos nascimentos é tomado como um dos sintomas do grau de racionalização e de secularização em uma sociedade concreta.

Como pode ser percebido, a transição da família tradicional para a família moderna reproduz a mesma tendência suposta para a sociedade como um todo, dando origem a formas mais adaptadas às características da sociedade moderna mencionadas anteriormente. A limitação fundamental dessa perspectiva consiste, de nosso ponto de vista, na percepção dos indivíduos como tendencialmente uniformes em termos de atitudes e comportamentos. *Em extremo*, na medida em que se ampliam as áreas, sob o sistema “urbano-industrial” e se intensificam, portanto, as tendências à secularização e à racionalização, todos serão atingidos pelas novas formas de vida moderna e tenderão a adotar, na sociedade moderna, plenamente configurada, padrões de família semelhantes e típicos do estado de “avanço” atingido por essa sociedade. A consequência das premissas teóricas de que parte é não levar em conta o sistema de estratificação social. Essa deficiência, não só do Autor aqui considerado, mas da sociologia da família em geral, foi apontada por Goode, salientando que o modelo de família moderna não resultou de observações empíricas sistemáticas mas “constitui”... uma construção teórica em que diversas variáveis centrais foram combinadas para compor uma harmonia hipotética, e outras características foram deduzidas sociologicamente dessas variáveis” (31).

Diz ainda que as camadas sociais adaptam-se de forma diferente à industrialização, sendo que “por definição os estratos médios e superiores têm mais êxito no sistema industrial, mas na realidade seu modelo de parentesco é menos chegado ao modelo conjugal que o modelo de parentesco dos estratos inferiores” (32). É claro que Germani e Goode tomam por base situações sociais diferentes. Mas não é de nosso interesse aqui opor um ao outro, sendo inclusive bastante discutíveis as colocações de Goode. O importante, nas passagens citadas, é a idéia de que a configuração da vida familiar não assume um modelo único para toda a sociedade, mas apresenta significado e organização diversas, de acordo com a inserção do grupo familiar no sistema de estratificação social.

Em conclusão, o privilegiamento teórico da sociedade de massa, tomada como tendência por Germani, faz com que se deixe de lado as diferenças de classe existentes em sociedades cujas mudanças sociais são conduzidas pelo desenvolvimento capitalista. No entanto, o

privilegiamento da classe não implica, necessariamente, em deixar-se de lado o processo de massificação. A questão a resolver é exatamente a das conexões entre as situações de classe e as manifestações da consciência e do comportamento em uma situação histórica particular.

Modernização e Desenvolvimento dependente

Passamos agora a examinar a contribuição de Florestan Fernandes (33) na análise da modernização. O importante para nós em seu trabalho é, principalmente, o fato de reter o processo de modernização como a realização de um projeto particular de desenvolvimento, trazendo, dessa maneira, elementos de importância na reformulação teórica que pretendemos esboçar.

Em seu trabalho, Florestan Fernandes centraliza a análise nos efeitos da absorção de um padrão macro-estrutural (o capitalismo) pelas regiões do mundo periférico, isto é, pelos países que surgiram da expansão dos impérios coloniais da Europa. Propõe-se, portanto, a interpretar as transformações e a situação presente do Brasil a partir da formação e evolução histórica do capitalismo no mundo. Dessa maneira, o Brasil originou-se para a história moderna como produto da expansão do sistema capitalista internacional. A inclusão do Brasil no mercado mundial implicou na consolidação de um tipo de economia especializada ao nível da produção (a chamada "economia tropical"), "subsidiária e dependente ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas e tributária ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional" (34).

Para o Autor, a constituição no Brasil de um capitalismo "dependente" resulta de um processo de "transplantação cultural", através do qual foram transferidos e incorporados internamente "valores, normas e instituições" características do tipo macro-estrutural vigente no continente europeu. Em termos concretos, o que se deu foi, do ponto de vista do Autor, uma "europeização" ou "modernização" dos conteúdos ideológicos das aspirações, especialmente das camadas mais altas da população, implicando, num segundo momento, na reorientação do comportamento a partir dos elementos culturais transplantados, redefinidos internamente segundo condições locais. A modernização significou, então, dadas as relações de dependência e a peculiaridade das condições internas, a constituição de um tipo de capitalismo diferente daquele do qual se originou. Para Florestan Fernandes a realização do tipo macro-estrutural capitalista na periferia é incompleta e deformada, limitada pelas condições específicas que caracterizam internamente cada sociedade nacional. Este tipo de manifestação peculiar, incompleta e não de-

finitiva do capitalismo “converter-se-á em sociedade capitalista *tout-court*” (35), à medida em que puder satisfazer os requisitos estruturais e funcionais implícitos no modelo, o fundamental dos quais seria a autonomia nas decisões econômico-políticas.

Muito teríamos a comentar a respeito desse tipo de interpretação. Contudo, para o que nos interessa no momento, é importante reter, em linhas gerais, o tipo de visão da mudança social contida nesse trabalho de Florestan Fernandes. A análise se detém na passagem de uma sociedade de *tipo colonial* (economia de subsistência com um setor restrito de produção agrícola para o mercado externo) para uma sociedade de *tipo capitalista* (economia mercantilizada e tendencialmente industrial). Essa passagem se deu, concretamente, por um *processo de modernização*, isto é, um conjunto de dependência, ou melhor, um conjunto de mudanças internas determinadas por interesses externos ou pelas “condições de dependência”. Sendo assim, *modernização* significa, para o Autor, a própria “integração dependente na economia capitalista mundial” (36).

Embora se trate de análise e não especificamente de exploração conceitual, pode-se dizer que Florestan Fernandes apreende de duas maneiras a *modernização*:

- a. *do ponto de vista político* — as alterações que se processam nas formas de comportamento e nas aspirações de segmentos da população não respondem às necessidades internas, ou seja, não resultam da exigência de funcionamento mais adequado da sociedade nacional considerada, mas de “transplantação cultural” determinada por interesses forâneos. Nesse sentido, a modernização encobre os novos laços de dependência (econômicos mais do que políticos, sendo nessa medida uma “modalidade de controle cultural e político”) (37).
- b. *do ponto de vista econômico* — significa a transformação da economia colonial em economia capitalista, através de um “duplo dimensionamento do mercado, que adquire uma estrutura capitalista “interna e externa”, através da atividade do pólo hegemônico externo e de sua influência dinâmica na organização, diferenciação e expansão de uma economia controlada de fora” (38).

De ambos os pontos de vista, a modernização encobre a “dependência” e como tal opõe-se, no entender do Autor, ao desenvolvimento. Isto porque com a modernização algumas camadas sociais, especialmente, auferem vantagens econômicas de transformação determinada por interesses outros que não o interesse nacional. Enquanto que o desenvolvimento implica para o Autor em decisões a partir de interesses internos, no sentido de políticas que atendam às

necessidades de funcionamento e expansão do sistema econômico interno.

A análise empreendida apola-se, como se vê, em duas noções fundamentais: a noção de "dependência" e a de "transplantação cultural". Esta última decorre da primeira, sendo exatamente o mecanismo básico através do qual se efetivam as relações de dependência. Assim, o Autor é levado a enfatizar esta última na medida em que a vigência do capitalismo nos países subdesenvolvidos em sua forma atual, do ponto de vista das instituições sociais e da economia, não decorra de um processo simultâneo de desenvolvimento desigual do capitalismo no mundo (originando sociedades metropolitanas desenvolvidas e, *ao mesmo tempo*, sociedades periféricas "atrasadas" ou subdesenvolvidas), mas de um processo de difusão cultural que tem nas migrações internacionais um dos processos centrais.

A partir do que foi exposto, podemos dizer que a perspectiva de Florestan Fernandes ao tratar da modernização é bastante diferente da de Germani, pois que "qualifica", estruturalmente, que tipo de sociedade, "tradicional" na terminologia da "Análise da Transição", começa a se transformar e a adquirir características "modernas", vinculando esse processo às relações de dependência econômica do mundo subdesenvolvido em relação aos chamados países de desenvolvimento capitalista originário. No entanto, o privilegiamento da determinação externa e a ênfase no caráter difusionista da modernização, de certo modo presentes em seu trabalho, fazem com que se torne difícil a percepção de como as mudanças que a modernização implica se refletem internamente nas diferentes classes sociais. Como o próprio Autor salienta, para as classes que se beneficiam, em termos econômicos, principalmente, da situação de dependência, as alterações no nível ideológico e valorativo se efetivam concretamente em termos de um estilo de vida; no entanto, para as demais classes, surge a questão: são elas atingidas também pela "modernização"? Em que medida as situações que vivenciam torna-as receptivas a essas alterações? Em outras palavras, se a adesão a valores e padrões de comportamento criados fora e difundidos internamente pode ser concretamente observada, é necessário saber o porquê de sua ressonância. A resposta a essa questão deverá levar em conta as transformações estruturais e seus efeitos nas diferentes classes sociais, de um lado, e a percepção que essas classes têm da situação que vivenciam, de outro.

É esse o problema que se nos coloca ao tentarmos redefinir o estudo da fertilidade. Se a teoria da modernização não consegue explicar porque e em que sentido o comportamento reprodutivo se altera, numa tentativa de compreender o fenômeno mais profundamente, cabe indagar, em primeiro lugar, quais as características estruturais da sociedade em questão; em segundo lugar, como as relações sociais nas quais a família se acha envolvida fazem com que as-

suma diferentes características em diferentes situações particulares; e, em terceiro lugar, como a consciência e o comportamento, com relação à vida familiar, das diferentes classes se estrutura com relação à ideologia dominante. Assim, retém-se a modernização como configuração da ideologia de determinadas classes que pode ou não encontrar eco nos modos de pensar e agir das demais classes sociais.

O ESTUDO DA FERTILIDADE A PARTIR DA INSERÇÃO DA FAMÍLIA NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS PERIFÉRICAS

Com o problema assim definido, preocupou-nos encontrar elementos teóricos que vinculassem alterações estruturais às manifestações ideológicas ao nível dos agentes concretos (no caso, famílias de distintas classes sociais). Com esse objetivo em mente, pareceu-nos frutífera a incorporação de algumas idéias desenvolvidas por Luiz Pereira em alguns de seus trabalhos (39). Também nessa perspectiva, a “modernização” é compreendida através de sua inserção no processo de mudança social subdesenvolvida-desenvolvida. Neste caso, porém, as alterações nos valores, atitudes e padrões de comportamento detectadas, em nível descritivo, pela “teoria da modernização”, são recolocadas através da incorporação crítica de conceitos desenvolvidos por essa teoria. Ao caracterizar o subdesenvolvimento, o Autor vincula dois elementos fundamentais: de um lado, a insuficiência econômica que se manifesta na discrepância entre as oportunidades de ganhar a vida e a estrutura das necessidades dos indivíduos, e de outro lado, a consciência que esses indivíduos têm da condição de vida desfavorecida do momento presente. De fato, o “grande despertar” que distingue as “sociedades atrasadas” das sociedades subdesenvolvidas se configura, no nível ideológico, num primeiro momento, como *consciência negadora* da situação presente e num segundo momento como *consciência afirmadora* de um possível histórico; essa conscientização é *impulsionada* pelo “efeito-demonstração”, mas não *ocasionada* por ele.

Os dois momentos do “grande despertar” no fundo significam “... a operação de um processo de *socialização antecipada* dos agentes, variável em intensidade e generalização no interior do subsistema periférico diferencialmente inadequado à persistência do presente e diferencialmente adequado à construção do que ainda é futuro” (40). No processo de desenvolvimento, as classes sociais que vivem a insuficiência econômica incorporam, diferencialmente, aspirações e atitudes características dos estilos de vida das classes sociais dominantes. A realização dessas aspirações é vista como possível através da concretização de uma nova ordem social em maior ou menor medida negadora das condições presentes.

A “modernização do homem comum” neste contexto consiste na transformação dos consumidores e trabalhadores em indivíduos

inconformistas e reivindicadores, com novas motivações, novas atitudes e novas representações de si próprios e dos outros, inatendidos pela situação em que vivem. A discrepância entre aspirações por um estilo de vida mais elevado e a impossibilidade de torná-lo concreto, dada a insuficiência econômica, favorece a emergência de tensões e pressões sociais manipuladas pelas lideranças políticas. Essas lideranças competem pelos possíveis historicamente dados de desenvolvimento, expressando diferentes graus e diferentes modalidades de conflito e acomodação de interesses das classes sociais na "periferia" do mundo capitalista.

Neste quadro, a problemática populacional adquire significado. De um lado, o crescimento da população acentua as tensões sociais, pela alteração quantitativa da estrutura de necessidades; de outro lado, as migrações internas, resultantes, em parte, da insuficiência econômica, conduzem ao agravamento de seus efeitos em certas áreas. Sendo assim, políticas demográficas controlistas, objetivando a contenção do crescimento e concentração populacionais, podem ser vistas como um modo de aliviar essas tensões e conflitos. A propagação de um modelo "moderno" de família pode funcionar como um aspecto na manipulação das insatisfações e aspirações populares.

Do ponto de vista dos agentes, as alterações no comportamento reprodutivo, uma das dimensões das mudanças descritas pelo "efeito-demonstração", podem ser compreendidas como difusão e adesão a padrões e estilo de vida das classes dominantes, e até mesmo como negação da situação presente e uma forma de atingir o futuro aspirado. Volta-se, aqui, à hipótese de mobilidade, de amplo uso como explicação das alterações do comportamento reprodutivo (41), mas situada em termos da situação histórico-estrutural em questão, e levando-se em consideração que a ascensão social almejada encontra barreiras na estrutura de classes e na insuficiência econômica das sociedades não desenvolvidas.

Como vimos anteriormente, embora os estudos de fertilidade tentem uma ligação entre o comportamento e a situação sócio-econômica, em função do esquema teórico de onde são derivados, essa vinculação restringe-se aos aspectos descritivos do fenômeno. Numa tentativa de superar esse nível e explicar as alterações da fertilidade, o ponto de partida, a nosso ver, não pode ser as motivações verbalizadas pelos agentes, num determinado momento. Se as mudanças no comportamento reprodutivo são vistas como um processo social, essas verbalizações só ganham sentido quando consideradas a partir das condições sócio-econômicas globais. Ainda que, em termos *quantitativos*, a fertilidade tendesse a se caracterizar por um padrão mais ou menos homogêneo, as motivações, o significado e as conseqüências do *tamanho da família* seriam distintas para as distintas classes sociais envolvidas.

Essa linha de preocupações encontra paralelos (pontos comuns) nas reformulações propostas por Paul I. Singer para o estudo das migrações (42). Sem perder de vista as particularidades do comportamento reprodutivo, parece-nos útil a distinção que o Autor faz entre *causas* e *motivos*. Contrapondo o procedimento usual de se considerar "causas" das migrações as verbalizações dos migrantes quanto aos motivos que os teriam levado a migrar, e conceituando migração como um processo social, Paul Singer distingue: "... os motivos (individuais) para migrar das causas (estruturais) da migração. Os motivos se manifestam no quadro geral de condições sócio-econômicas que induzem a migrar (...). O que importa é não esquecer que a primeira determinação de quem vai e de quem fica é social ou, se se quiser, de classe" (43).

Os fundamentos teóricos aqui esboçados implicam, como próxima tarefa, em uma elaboração conceitual e metodológica adequada, a fim de que se possa proceder à sua verificação empírica.

N O T A S

- (1) LORIMER, F., "The Development of Demography", in Hauser, P. M. e DUNCAN, O. P. (eds.), *The Study of Population*, the University of Chicago Press, 1959, págs. 124-179.
- (2) As principais formulações da Transição Demográfica, bem como críticas e implicações sobre sua transposição para o estudo da dinâmica populacional dos países não desenvolvidos são apresentadas em outro trabalho. Cf. PATARRA, N. L., "Algumas Considerações sobre a Teoria da Transição Demográfica" apresentado no Congresso da SBPC, São Paulo, julho de 1972.
- (3) Traduzido de THOMPSON, W. S., "Population", *American Journal of Sociology*, 34, 1929, págs. 959-975. A citação é da página 975.
- (4) Traduzido de NOTESTEIN, F. W., "Summary of the Demographic Background of Problems of Underdeveloped Areas", *Milbank Memorial Fund Quarterly*, vol. 26, julho 1948, págs. 249-255. A citação é da página 252.
- (5) Traduzido de THOMPSON, W. S., *Plenty of People* (neo. ed.), New York: Ronald Press, 1948, pág. 107.
- (6) COALE, A. and HOOVER, E., *População e Desenvolvimento Econômico*, Editora Fundo de Cultura, 1966 (Edição americana aparece em 1958).
- (7) COALE, A. J., "Population and Economic Development", in HAUSER, P. M., *The Population Dilemma*, op. cit., págs. 46-69.
- (8) SINGER, P., *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento*, Edições CEBRAP, 1970, págs. 13-14. Uma discussão do conceito de desenvolvimento é feita em SINGER, P., *Desenvolvimento e Crise*, São Paulo, 1968, cap. I.
- (9) BERELSON et ALII, *Family Planning and Population Programs*, Chicago, The University of Chicago Press, 1966.
- (10) "Selected Questionnaires on Knowledge, Attitudes and Practice of Family Planning", The Population Council, Inc. New York, 1967, 2 volumes.

- (11) Essa idéia de dependência cultural é desenvolvida por IANNI, O., "Sociologia e Dependência Científica", in *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*, Ed. Civilização Brasileira, 1971.
- (12) A bibliografia sobre o tema é bastante ampla. Para indicações e críticas das análises realizadas no período, veja-se, por exemplo, CARDOSO, F. H. y FALETTO, E., *Dependencia y Desarrollo en America Latina*. Siglo Veinteuno Editores S. A., México, 1969 e SANTOS, T. dos, "La Crise de la Teoría de Desarrollo y las Relaciones de Dependencia en America Latina", apresentado na Segunda Reunión de la Asamblea, Consejo Latino-americano de Ciencias Sociales, Lima, 17-19 de Octubre de 1968.
- (13) DORN, H. F., "World Population Growth", in HAUSER, P. M. (ed) *The Population Dilemma*, Prentice Hall Inc., 1963, págs. 7-28.
- (14) Veja-se GARCIA, R. D., STYCOS, J. M., ARIAS, J. *El Dilema de la Población en America Latina*, Universidad del Valle, Cali, Colombia, 1968.
- (15) PREBISCH, R., *Transformación y Desarrollo. La Gran Tarea de America Latina*. Informe presentado al Banco Interamericano de Desarrollo, Washington, Mayo de 1970.
- (16) MERTENS, W., "Fertility and Family Planning Research in Latin America: An Overview of Recent Developments", apresentado na Conferência Regional Latino-americana de População, Cidade do México, 1970.
- (17) STYCOS, J. M., Experiments in Social Change: The Caribbean Fertility Studies", in KISER, C. V. (ed.), Research in Family Planning, Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1962; HATT, P. K., *Backgrounds of Human Fertility in Puerto Rico: A Sociological Survey*, Princeton, University Press, Princeton, New Jersey, 1952; HILL, R., STYCOS, J. M. e KURT, W., *The Family and population Control* The University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1959.
- (18) *Encuestas Comparativas de Fecundidad en America Latina*, Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional Autonoma de México e Centro de Estudios Economicos y Demograficos de El Colegio de Mexico, 1968, *The Programme of Comparative Fertility Surveys* being conducted by the Latin America Demographic Center, United Nations document E/CN.9/AC.6/R.24.
- (20) KISER, C. V. and WHELPTON, P. K. (eds.), *Social and Psychological Factors Affecting Fertility*, New York, Milbank Memorial Fund, 1943-1958, 5 vols. WESTOFF, C. F. et all., *Family Growth in Metropolitan America*, Princeton University Press, 1961 e WESTOFF, C. F., *The Third Child*, Princeton University Press, 1963. Recentemente foi publicado outro livro sobre uma 3.^a etapa do mesmo estudo: BUMPASS, L. L. and WESTOFF, C. F., *The Late Years of Childbearing*, Princeton University Press, 1970. Veja-se também FREDMAN R., WHELPTON, P. K. and CAMPBELL, A., *Family Planning Sterility and Population Growth*, Mc Graw-Hill, New York, 1959. Também conhecidos são os chamados "Estudos da Área de Detroit", que podem ser examinados em: GOLDBERG, D., SHARP, H. FREEDMAN, R., "The Stability and Reliability of expected family Size Data", *Milbank Memorial Fund Quarterly*, 37 (October 1959), págs. 369-385 e FREEDMAN, R., GOLDBERG, D. and SHARP, H., "Ideals about Family Size in the Detroit Metropolitan Area:

- 1954", *Milbank Memorial Fund Quarterly*, 33 (April, 1955), págs. 187-197.
- (21) O desejo de melhorar sua posição na escala social tem sido apresentado como um importante motivo para a limitação dos nascimentos. A primeira formulação nesse sentido está associada ao nome de Arsène Dumont, que na segunda metade do século dezenove realizou estudos extensos sobre o fenômeno por ele denominado de *capilaridade social* — assim como uma coluna de líquido deve ser fina a fim de subir na escala social. Veja-se DUMONT, A., *Dépopulation et Civilisation. Étude Démographique*, Paris, 1890 e *Natalité et Démocratie. Conférences faites à l'École d'Anthropologie de Paris*, 1898.
- (22) FREDMAN, R., and WHELPTON, P. K., "Fertility Planning and Fertility Rates by Religious Interest Denomination", in *Social and Psychological Factors Affecting Fertility*, *op. cit.*, 2.º vol.
- (23) WESTOFF, C.F. et al., *Family Growth*, *op. cit.*, pág. 43.
- (24) TABAH, L., "Plan de Investigación de Siete Encuestas Comparativas de Fecundidad en América Latina", *op. cit.*, pág. XIX.
- (25) Idem, *ibidem*, pág. XXX. O grifo é nosso.
- (26) Cf. IANNI, O., "Sociologia e Dependência Científica", *op. cit.*, pág. 52-53.
- (27) GERMANI, Gino, *Política y Sociedad en una Época de Transición*, Paidós, Buenos Aires, 1968. Sobre o mesmo tema há ainda, do mesmo autor, *Sociología de la Modernización*, Paidós, Buenos Aires, 1969. Nesse trabalho Germani tenta alargar a perspectiva de "análise da transição", sistematizando e relacionando os subprocessos que constituem a passagem para a "sociedade industrial moderna". Em termos teóricos ambos os trabalhos identificam-se, prendendo-se no primeiro à análise da "modernização social", que constitui um dos subprocessos mencionados.
- (28) Em seu trabalho publicado em 1969 (*op. cit.*) Germani analisa as relações entre os subprocessos que compõem a "transição", definindo essas relações como de "casualidade recíproca", sem contudo privilegiar um deles e, o que é mais importante, sem analisar as transformações nos diversos níveis a partir de características estruturais assumidas internamente por dada sociedade.
- (29) *Sociología de la Modernización*, *op. cit.*
- (30) Idem, *ibidem*, pág. 119.
- (31) GOODE, W., "A Industrialização e as Transformações na Família", in HOSELITZ and MOORE, *A Sociedade Tecnológica*, ed. Lidador, Rio, 1966, vol. II, págs. 315-339. A citação é da página 319.
- (32) Idem, *ibidem*, pág. 325.
- (33) Fernandes, F., *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968, especialmente Primeira Parte, cap. I, "Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento" e Segunda Parte, cap. II, "A Dinâmica da Mudança Sócio-Cultural no Brasil".
- (34) Idem, *ibidem*, pág. 37.
- (35) Idem, *ibidem*, pág. 54.
- (36) Idem, *ibidem*, pág. 46.
- (37) Idem, *ibidem*, pág. 33.
- (38) Idem, *ibidem*, pág. 33.

- (39) PEREIRA, L. (ed.), *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*, Zahar, Rio, 1969. PEREIRA, L. *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento*, Livraria Pioneira Editora, 1970. *Urbanização e Desenvolvimento*, Zahar, Rio, 1969.
- (40) Idem, *ibidem*, pág. 17. Os conceitos de *socialização antecipada* e de *socialização adequada e inadequada* são incorporações críticas dos conceitos, respectivamente, de MERTON, R. K., e de *socialização adequada e inadequada* são incorporações 1958, esp. caps. 8 e 9, e MORLON LEVY, JR., *The Structure of Society*, Princeton University Press, Princeton, 1952.
- (41) Cf. Nota (4).
- (42) SINGER, P., "Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre o seu Estudo". 1972, mimeo.
- (43) Idem, *ibidem*, pág. 27.